

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23539.017511/2025-54

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na realização, sob demanda, de exames laboratoriais de média e alta complexidade, não realizados no Hospital Universitário Lauro Wanderley, para dar suporte no diagnóstico, tratamento e tomada de decisão clínica dos pacientes por um período de 12 (doze) meses, renovável por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto tem a natureza de serviço comum de caráter contínuo.

1.3. Os serviços a serem contratados estão especificados no quadro abaixo com o quantitativo estimado a ser coletado, que somente serão pagos ou quitados em conformidade com a demanda real utilizada, devidamente comprovada através de relatório/fatura mensal e após as notas fiscais faturas atestadas pelo (s) responsável(eis).

1.4. A licitação é composta por um único item:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
1	Contratação de empresa especializada na realização, sob demanda, de exames laboratoriais de média e alta complexidade, não realizados no Hospital Universitário Lauro Wanderley	5487	SERVIÇO (MÊS)	1	12

Quadro estimativo das quantidades de exames:

ITEM	DESCRIÇÃO	MATERIAL BIOLÓGICO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES
1	17ALFA HIDROXIPROGESTERONA SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
2	ÁCIDO FÓLICO	Sangue	20184	EXAME	12
3	ÁCIDO METIL-HIPURICO NA URINA	Urina	20184	EXAME	6
4	ADENOSINA DEAMINASE (ADA)	Sangue	20184	EXAME	24
5	ÁCIDO FÓRMICO NA URINA	Urina	20184	EXAME	12
6	ALDOSTERONA - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	24
7	ALFA 1 ANTITRIPSINA SANGUE	Sangue	20184	EXAME	24
8	ANDROSTENEDIONA	Sangue	20184	EXAME	12
9	ANTI LKM-1	Sangue	20184	EXAME	36
10	ANTI MUSCULO LISO	Sangue	20184	EXAME	24
11	ANTICOAGULANTE LÚPICO	Sangue	20184	EXAME	72
12	ANTICORPOS ANTIPARVOVIRUS B19 IgG	Sangue	20184	EXAME	12
13	ANTICORPOS ANTI PARVOVIRUS B19 IgM	Sangue	20184	EXAME	12
14	ANTICORPOS ANTI- CENTROMERO	Sangue	20184	EXAME	12
15	ANTICORPOS ANTI ANTIGENO HEPATICO SOLUVEL	Sangue	20184	EXAME	6
16	ANTICORPOS ANTI CCP - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	24
17	ANTICORPOS ANTI DNA - CADEIA SIMPLES	Sangue	20184	EXAME	6
18	ANTOCORPOS ANTI-MITOCÔNDRIA (AMA)	Sangue	20184	EXAME	12
19	ANTICORPOS ANTI TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL IGG	Sangue	20184	EXAME	12
20	ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL-IgA	Sangue	20184	EXAME	12
21	ANTICORPOS CITOMEGALOVIRUS IgG, - LÍQUOR	Líquor	20184	EXAME	6
22	ANTICORPOS CITOMEGALOVIRUS IgM - LÍQUOR	Líquor	20184	EXAME	6
23	ANTICORPOS LIGADORES DO RECEPTOR DE ACETILCOLINA	Sangue	20184	EXAME	12
24	ANTI ASPERGILLUS SP	Sangue	20184	EXAME	12
25	ANTI-ENDOMÍSIO IGA	Sangue	20184	EXAME	12
26	ANTIGENO HLA-B-27, PESQUISA - PCR	Sangue	20184	EXAME	12
27	ANTI-GLIADINA IGA	Sangue	20184	EXAME	6
28	ANTI-GLIADINA IGG	Sangue	20184	EXAME	12
29	ANTI-GLIADINA IGM	Sangue	20184	EXAME	12
30	ANTI-HISTOPLASMA CAPSULATUM	Sangue	20184	EXAME	12
31	ANTI-TIREOGLOBULINA	Sangue	20184	EXAME	12
32	AQUAPORINA 4, ANTICORPOS IgG	Sangue	20184	EXAME	12
33	ATIVIDADE PLASMÁTICA DE RENINA (APR)	Sangue	20184	EXAME	12
34	AUTO ANTICORPOS ANTI GAD	Sangue	20184	EXAME	12
35	AUTO ANTICORPOS ANTI- JO-1	Sangue	20184	EXAME	12
36	AUTO ANTICORPOS ANTI RNP	Sangue	20184	EXAME	24
37	AUTO ANTICORPOS ANTI SCL 70	Sangue	20184	EXAME	24
38	AUTO ANTICORPOS ANTI SM	Sangue	20184	EXAME	60
39	AUTO ANTICORPOS ANTI SSA/RO	Sangue	20184	EXAME	60
40	AUTO ANTICORPOS ANTI SSB/LA	Sangue	20184	EXAME	60
41	AUTO ANTICORPOS CARDIOLIPINA IGA	Sangue	20184	EXAME	12
42	AUTO ANTICORPOS CARDIOLIPINA IGG	Sangue	20184	EXAME	72
43	AUTO ANTICORPOS CARDIOLIPINA IGM	Sangue	20184	EXAME	72
44	AUTO-ANTICORPOS ANTI DNA NATIVO - ANTI DNA DE DUPLA HÉLICE	Sangue	20184	EXAME	96

45	BETA-2 GLICOPROTEÍNA IGM E IGG	Sangue	20184	EXAME	12
46	CA 125 SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
47	CALCITONINA - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	6
48	CARIOTIPO COM BANDA G	Sangue	20184	EXAME	12
49	CATECOLAMINAS - FRACOES - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	6
50	CATECOLAMINAS - FRACOES - URINA 24HS	Urina 24hs	20184	EXAME	6
51	CERULOPLASMINA	Sangue	20184	EXAME	12
52	CITOMEGALOVIRUS, PCR QUANTITATIVO	Sangue	20184	EXAME	12
53	COMPLEMENTO DO CH-50	Sangue	20184	EXAME	96
54	CRIOGLOBULINA	Sangue	20184	EXAME	24
55	CRYPTOCOCCUS NEOFORMANS (PESQUISA DE ANTÍGENO) - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
56	DEHIDROEPIANDROSTERONA - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
57	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO - VALPROATO DE SODIO	Sangue	20184	EXAME	6
58	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	Sangue	20184	EXAME	6
59	DOSAGEM DE COBRE - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	6
60	DOSAGEM DE COBRE URINÁRIO	Urina	20184	EXAME	12
61	DOSAGEM DE DIFENILHIDANTOINA-HIDANTAL	Sangue	20184	EXAME	6
62	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOSTERONA	Sangue	20184	EXAME	6
63	DOSAGEM DE FENOBARBITAL	Sangue	20184	EXAME	6
64	DOSAGEM DE LAMOTRIGINA	Sangue	20184	EXAME	6
65	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	Sangue	20184	EXAME	72
66	EPSTEIN BARR IGG	Sangue	20184	EXAME	36
67	EPSTEIN BARR IGM	Sangue	20184	EXAME	36
68	EPSTEIN BARR, PCR - QUANTITATIVO	Sangue	20184	EXAME	12
69	ESQUISTOSSOMOSE (IMUNOFLUORESCENCIA) - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
70	ESQUISTOSSOMOSE (IMUNOFLUORESCENCIA) - LÍQUOR	Líquor	20184	EXAME	12
71	ESTRIOL	Sangue	20184	EXAME	6
72	ESTRONA	Sangue	20184	EXAME	6
73	GASTRINA - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	6
74	GLICOSE 6-FOSFATO DEHIDROGENASE - G6PD	Sangue	20184	EXAME	6
75	HERPES SIMPLES I e II ANTIC IGG - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	18
76	HERPES SIMPLES I e II ANTIC IGM - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	18
77	HERPES SIMPLES VIRUS 1 E 2, PCR.	Sangue	20184	EXAME	6
78	HIV 1 e 2 PESQUISA - LIQUOR	Líquor	20184	EXAME	6
79	HORMÔNIO ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	Sangue	20184	EXAME	24
80	HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO (GH)	Sangue	20184	EXAME	24
81	IGF-1 SOMATOMEDINA C	Sangue	20184	EXAME	12
82	IMUNOFIXAÇÃO - IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	18
83	IMUNOFIXAÇÃO - IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS - URINA	Urina	20184	EXAME	18
84	METANEFRIAS - FRACOES - URINA 24HS	Urina	20184	EXAME	12
85	METANEFRIAS PLASMATICAS	Sangue	20184	EXAME	12
86	NEUTROFILOS, ANTI - ANCA (P ACNA E C-ANCA)	Sangue	20184	EXAME	96
87	PEPTIDEO C - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
88	PESQUISA DO ALELO HLA-B51 - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	6
89	SACCHAROMYCES CEREVISIAE, ANTICORPOS IgG E IgA - ASCA	Sangue	20184	EXAME	6
90	SUBCLASSES DE IGG	Sangue	20184	EXAME	18
91	TESTE DO PEZINHO PLUS	Sangue	20184	EXAME	6
92	TIREOGLOBULINA SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
93	TIREOPEROXIDASE, ANTICORPOS ANTI - TPO	Sangue	20184	EXAME	18
94	TRAB (ANTICORPO ANTI-RECEPTOR TSH)	Sangue	20184	EXAME	18
95	FTA - ABS - ANTICORPOS IGM (Treponema pallidum)	Sangue	20184	EXAME	18
96	FTA - ABS - ANTICORPOS IGG (Treponema pallidum)	Sangue	20184	EXAME	18
97	ZINCO SÉRICO	Sangue	20184	EXAME	6
98	IMUNOFENOTIPAGEM, PAINEL PROLIFERATIVO - ASPIRADO MEDULAR	Aspirado medular	20184	EXAME	12
99	IMUNOFENOTIPAGEM, PAINEL PROLIFERATIVO - SANGUE	Sangue	20184	EXAME	12
100	DOSAGEM DE SAIS BILIARES	Sangue	20184	EXAME	18
101	TOXOPLASMOSE AVIDEZ - ANTICORPOS IGG	Sangue	20184	EXAME	18
102	CALPROTECTINA	Fezes	20184	EXAME	6
103	MOG [MIELINA OLIGODENDROCITO GLICOPROTEINA] ANTICORPOS	Sangue	20184	EXAME	6
104	CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS EM PLASMA	Sangue	20184	EXAME	6
105	SUCCINILACETONA	Urina	20184	EXAME	6
106	ACIDOS ORGANICOS EM URINA	Urina	20184	EXAME	12
107	GALACTOSEMIA (GALT) - SEQUENCIAMENTO	Sangue	20184	EXAME	6
108	BANDA OLIGOCLONAL , SORO e LCR	Diversos	20184	EXAME	12
109	ANTI-NUCLEOSSOMO	Sangue	20184	EXAME	12
110	HAPTOGLOBINA	Sangue	20184	EXAME	12
111	AUTOANTICORPOS ANTI-PROTEÍNA P RIBOSSOMAL	Sangue	20184	EXAME	12
112	ANTICORPOS ANTI-PROTEINASE 3	Sangue	20184	EXAME	12
113	ANTICORPOS ANTI MIELOPEROXIDASE - MPO	Sangue	20184	EXAME	12
114	ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA	Sangue	20184	EXAME	6
115	ALDOLASE	Sangue	20184	EXAME	6
116	MI-2 ANTICORPOS ANTI-SINTETASE	Sangue	20184	EXAME	6
117	ANTICORPOS ANTI-MDA5	Sangue	20184	EXAME	6
118	ANTICORPOS ANTI-SINTETASE	Sangue	20184	EXAME	6

119	CADEIAS LEVES LIVRES KAPPA E LAMBDA	Sangue	20184	EXAME	12
120	T3 - TRIIODOTIRONINA REVERSO	Sangue	20184	EXAME	6
121	ANTICORPOS ANTI - MITOCÔNDRIA M2	Sangue	20184	EXAME	6
122	FENOTIPAGEM PARA LINFÓCITO B (CD19)	Sangue	20184	EXAME	12
123	IMUNOFENOTIPAGEM PARA LINFÓCITOS B CD20+	Sangue	20184	EXAME	12
124	ANTICORPOS ANTI MIELOPEROXIDASE	Sangue	20184	EXAME	6
125	COXSACKIE B1-6 ANTICORPOS IGG	Sangue	20184	EXAME	6
126	COXSACKIE B1-6 ANTICORPOS IGM	Sangue	20184	EXAME	6
127	FATOR V DA COAGULAÇÃO	Sangue	20184	EXAME	6
128	TESTE GENÉTICO DE INTOLERÂNCIA A LACTOSE	Sangue	20184	EXAME	6
129	BCR/ABL1 QUANTITATIVO P190	Diversos	20184	EXAME	6
130	BCR/ABL1 QUANTITATIVO P210	Diversos	20184	EXAME	6
131	ANTI - TROMBINA III	Sangue	20184	EXAME	6
132	PROTROMBINA - MUTAÇÃO	Sangue	20184	EXAME	6
133	PROTEÍNA C - FUNCIONAL	Sangue	20184	EXAME	12
134	PROTEÍNA S - FUNCIONAL	Sangue	20184	EXAME	12
135	LINFÓCITOS T - CD3+	Sangue	20184	EXAME	12
136	LINFÓCITOS T AUXILIAR - CD4+	Sangue	20184	EXAME	12
137	LINFÓCITOS T CITOTÓXICO - CD8+	Sangue	20184	EXAME	12
138	IMUNOFENOTIPAGEM PARA CÉLULA NATURAL KILLER CD56/CD16	Sangue	20184	EXAME	6
139	HOMOCISTEÍNA	Sangue	20184	EXAME	6
140	FATOR VIII	Sangue	20184	EXAME	6
141	FATOR XII	Sangue	20184	EXAME	6
142	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINAS	Sangue	20184	EXAME	18

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil) foi criada por meio da Lei nº 12.550/2011 como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. A Ebserh/HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.3. O Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW/Ebserh/HU Brasil é caracterizado como Unidade que presta assistência de média e alta complexidade à saúde, realizando os mais diversos tipo de exames diagnósticos e procedimentos cirúrgicos, de forma rotineira, até pesquisas clínicas vinculadas a diversos programas de pós-graduação regionais e nacionais, além de participação em estudos multicêntricos em protocolos de pesquisa clínica avançada.

2.4. Enquanto unidade acadêmica, mostra-se como a maior sala de aula e o maior centro de pesquisas clínicas da Universidade Federal da Paraíba, destacando-se na pesquisa e na assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde.

2.5. Asseveramos ainda que circula, em suas instalações, um grande número de pessoas por ano. Daí a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo HULW/Ebserh/HU Brasil, em especial, os procedimentos diagnósticos e clínicos realizados nas unidades de internação e ambulatorios, além dos tratamentos cirúrgicos e de terapia intensiva prestados pela Instituição.

2.6. A contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais de médica e alta complexidade, sob demanda, se faz necessária, tendo em vista que a Unidade de Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário Lauro Wanderley não realiza estes exames em sua rotina. A grande diversidade e a baixa demanda de cada solicitação de exames, não justifica a aquisição de aparelhos automatizados e reagentes químicos de alto custo o que inviabiliza a realização destes pelo HULW. A contratação de uma empresa especializada, laboratório de apoio, neste caso, resulta em menores custos, dada a relação custo benefício, considerando o alto custo de implantação e o pequeno volume de demanda destes. Essa participação complementar dos serviços privados de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde é prevista no art. 197 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde - a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

2.7. Os testes aqui solicitados são exames de exceção, ou seja, exames especializados de pequena demanda interna que, no entanto, dada a complexidade do nível de investigação clínica do HULW, a característica de Hospital Escola e as solicitações do corpo clínico deste hospital, demonstram que estes ensaios são importantes para o apoio diagnóstico médico, que embora tenham uma demanda reduzida, são relevantes para elucidar dúvidas e dar maior precisão ao diagnóstico de patologias graves.

2.8. Torna-se premente as contratação destes serviços, a fim de proporcionar o devido atendimento das demandas dos mais variados departamentos relacionados à prestação da assistência à saúde aos pacientes do hospital. Representam, portanto, serviços que são utilizados no pleno funcionamento das atividades assistenciais à saúde.

2.9. A demanda apresentada contempla uma definição prévia de produtos para compra durante o exercício, estando os mesmos inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), respeitados os prazos de início do planejamento da contratação apontados pelo RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme o Processo 23539.032124/2024-67.

2.10. No contexto do planejamento estratégico da Ebserh/HU Brasil que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

2.10.1. **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.

I - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.

II - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

III - **Pilares/Objetivos estratégicos**

a) **Sociedade:**

OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;
OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;
OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.

b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**

OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.

c) **Desenvolvimento institucional:**

OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da Ebserh/HU Brasil.

d) **Sustentabilidade financeira:**

OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A Contratação de Empresa para Realização de exames laboratoriais especializados nos moldes aqui propostos, se faz necessária para corroborar com os diagnósticos de pacientes internados, visto que o Hospital Universitário Lauro Wanderley pactua com o gestor SUS serviços que resultam em diagnóstico e tratamento de patologias de difícil elucidação, abrangendo várias especialidades médicas, inclusive infectologia, reumatologia, dentre outras, sendo a contratação nos moldes aqui solicitada uma das formas de garantia do atendimento dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos.

3.2. Os objetos desta contratação são exames laboratoriais de baixa demanda e/ou de maior complexidade para a infraestrutura do laboratório do HULW. Por isto, no levantamento de mercado concluiu que a solução viável é a contratação de empresa para realização dos exames, por ter maior viabilidade econômica, evitando-se desperdício de reagentes, visto a desproporcionalidade entre o número de solicitações de exames e a quantidade de reagentes por kit. Portanto, esta é uma solução mais eficiente por haver melhor aplicação dos recursos públicos e melhor custo/benefício, semelhante ao adotado na iniciativa privada.

3.3. No HULW existem solicitações de determinados exames laboratoriais de forma esporádicas, de modo que um tipo de exame pode ser solicitado com intervalo de 30 dias ou meses. Para realizar o exame, se o kit de reagente for aberto, ficaria aguardando outra solicitação do mesmo exame que poderá ocorrer, inclusive, após o vencimento do reagente.

3.4. Visando a questão de economicidade, evitando-se desperdício, a contratação de um laboratório que centralize as solicitações para realizar exames com baixa demanda e/ou complexos é uma das práticas dos laboratórios no mercado. Nestas situações, um laboratório maior recebe demandas de vários laboratórios, chegando a uma quantidade de exames compatível com o kit de reagente, não gerando perda de insumo.

3.5. Os serviços a serem prestados serão executados sob demanda, conforme a necessidade do HULW/Ebserh/HU Brasil.

3.6. Buscando a melhor solução como um todo, de forma a assegurar o atendimento dos usuários internados em todos os aspectos, foi necessário realizar o agrupamento dos exames. A descrição detalhada dos serviços da presente contratação consta no item 1.4. O agrupamento proposto se justifica pela natureza do objeto, visto que se os exames forem realizadas por várias empresas, há sério problema de inviabilidade técnica, pois não poderia ser disponibilizada amostra de material nobre biológico para duas ou mais empresas diferentes. Além disto, é importante considerar a importância de evitar exposição do usuário, incluindo crianças, a procedimentos invasivos com todos os riscos relacionados a estes, bem como maior risco de trocas de amostras biológicas durante envio para empresas diferentes. Portanto, esta metodologia assegura ao máximo possível o bom andamento das atividades assistenciais do HULW, que poderiam ser afetadas por eventuais descompassos na prestação do serviço por diferentes fornecedores.

3.7. Os serviços mencionados serão realizados de forma parcelada, conforme necessidade do HULW-UFPA/Ebserh/HU Brasil.

3.8. A empresa contratada realizará o recolhimento das amostras biológicas coletadas pela equipe técnica da UACAP/HULW em dias úteis, de acordo com a necessidade da UACAP, levando em consideração todos os critérios técnicos para realização dos exames.

3.8.1. Entrada do funcionário da contratada no HULW:

3.8.1.1. Ressalta-se que para recolhimento, a contratada deve manter as seguintes medidas necessárias de: comunicar o nome do colaborador, com o propósito de controlar o acesso restrito nas dependências do HULW, orientando de modo também a não permitir a presença de pessoas não autorizadas.

3.8.1.2. O funcionário da CONTRATADA com crachá com o nome da empresa, nome do funcionário e foto. Este colaborador da CONTRATADA deverá se apresentar na UACAP para recolhimento das amostras biológicas devidamente identificadas e armazenadas pelo colaboradores da empresa CONTRATANTE.

3.8.2. A contratada deve reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração. Caso não seja possível o cumprimento do prazo, justificar formalmente à Contratante, informando o novo prazo.

3.8.3. A CONTRATADA deve facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte do HULW, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

3.8.4. A empresa deverá possuir estabelecimento próprio para prestação dos serviços contratados, com pessoal qualificado e quantidade suficiente para executar o contrato.

3.8.5. Utilizar empregados habilitados e com profundo conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.8.6. Durante a execução do Contrato a Contratada obrigar-se-á a refazer os serviços sempre que apresentar inconformidade, sem que isto caracterize qualquer acréscimo contratual e sem ônus algum para o HULW.

3.8.7. Ao final de cada etapa mensal executada, a Contratada deverá emitir fatura para conferência dos serviços e nota fiscal, mediante a solicitação do gestor do contrato.

3.8.8. Para a execução dos serviços (entrega dos insumos à contratante, transporte das amostras, análise das amostras e emissão de laudo), a empresa CONTRATADA se responsabilizará pelas condições técnicas, utilizando métodos compatíveis aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes.

3.8.9. A CONTRATADA atuará como **Operadora de Dados**, cabendo ao HULW o papel de **Controlador**. A empresa deve garantir: 1) Criptografia no portal de resultados; 2) Notificação de incidentes de segurança em até 24h; 3) Descarte seguro ou devolução dos dados ao término do contrato.

3.8.10. A empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços solicitados dentro do maior rigor científico, visando garantir a qualidade total dos mesmos.

3.8.11. A quantidade estimada de exames, bem como o valor unitário licitado serão utilizados para definição do valor contratual.

3.8.12. O quantitativo de exames da relação do item 1.4 deste TR possui caráter estimativo, podendo sofrer variações de acordo com a demanda assistencial da contratante, desde que respeitado o valor unitário licitado.

3.8.13. O saldo mensal do contrato celebrado poderá ser utilizado para realização de qualquer um dos 142 exames listados, em quantidades superiores ao estimado no item 1.4, desde que respeitado o valor unitário de cada exame e o saldo mensal do contrato.

3.9. Do recebimento dos serviços:

3.9.1. O prazo para início da prestação do serviço, será de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com a proposta apresentada, a contar da data da assinatura do contrato, improrrogáveis, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceito pela Administração.

- 3.9.2. Prazos para coleta e entrega:
- 3.9.2.1. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pela recolhimento, transporte e realização dos exames contratados.
- 3.9.2.2. O prazo para emissão do laudo por meio digital deve ocorrer conforme os prazos estabelecidos nas instruções técnicas dos exames, contados a partir do recolhimento da amostra, o qual deve ser diário, em dias úteis, sempre que a UACAP solicitar exame via SITE/PORTAL da contratada.
- 3.9.2.3. O prazo de entrega poderá ser ajustado mediante justificativas técnicas específicas de cada exame, as quais impeçam a liberação do laudo, desde que aceitas pela CONTRATANTE.
- 3.9.2.4. Em caso de descumprimento, a empresa deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE por escrito, mencionando os motivos e solicitando prorrogação para emissão do laudo. A partir do aceite das justificativas pela CONTRATANTE, o prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 3.9.2.5. O cadastro dos pacientes e resultados dos exames, assim como os resultados dos exames deverão ser disponibilizados pela empresa prestadora do serviço através de canais de sistema de informação digital (site, portal da empresa para cadastro dos pacientes /exames e para disponibilização dos resultados). E disponibilizá-lo à unidade solicitante: Unidade de laboratório de análises clínicas e anatomia patológica (UACAP) do HULW.
- 3.9.2.6. Em caso de possibilidade técnica, realizar integração entre sistemas para para recebimento de laudo diretamente no sistema LIS ou AGHUX da UACAP/HULW.
- 3.9.2.7. A Contratada deverá disponibilizar Atendimento Técnico (esclarecimentos) para comunicação eficiente, com disponibilidade de meios de comunicação para dar suporte online e por telefone para qualquer eventualidade relacionada à prestação do serviço, inclusive dúvidas. A resposta por parte da contratada deve ocorrer em até 24h ou um dia útil.
- 3.9.2.8. O serviço fornecido pela empresa CONTRATADA estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar, caso o serviço não esteja de acordo com o especificado.
- 3.9.2.9. No laudo de exame deve constar obrigatoriamente nome completo do paciente, data de nascimento, número de registro de cadastro no sistema do laboratório contratado, para fins de rastreabilidade por até 05 anos, conforme normativos vigentes. Bem como nome do exame realizado, resultado, valores de referência e outras notas se aplicável.
- 3.9.2.10. Para que um serviço executado seja aceito, a CONTRATADA deverá demonstrar a sua plena execução, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos e as normas técnicas aplicáveis, incluindo o reparo, às suas expensas, de danos causados por ou decorrentes da execução do serviço.
- 3.9.3. Do recebimento dos serviços:
- 3.9.3.1. A contratante realizará avaliação dos serviços executados, por meio de profissionais designados formalmente, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.
- 3.9.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 3.9.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 3.9.4. Do local de execução:
- 3.9.5. A coleta das amostras deverá ser realizada nas dependências da empresa CONTRATANTE, sendo esta a responsável por este serviço. A contratada deverá recolher as amostras em dias e horários no laboratório de análises clínicas, conforme definidos pela contratante.
- 3.9.5.1. As empresas deverão possuir estabelecimento próprio para prestação dos serviços contratados, com pessoal qualificado e quantidade suficiente para executar o contrato.
- 3.9.5.2. A empresa poderá realizar a subcontratação parcial dos exames.
- 3.9.6. Quanto ao transporte e recolhimento das amostras pela empresa CONTRATADA:
- 3.9.6.1. Recipientes para transporte e o transporte das amostras deverão seguir normas de vigilância sanitária. Os recipientes serão fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 3.9.6.2. O transporte das amostras é de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, que deverá recolhê-las diariamente (de segunda a sexta-feira), em horário comercial, exceto feriado.
- 3.9.6.3. O recolhimento das amostras biológicas referente aos exames contratados será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, esta deverá recolher diariamente (de segunda a sexta-feira), em horário comercial, exceto feriado, no laboratório do HULW.
- 3.9.7. A quantidade e o tipo de exame a ser realizado ficará a critério da CONTRATANTE, definidos conforme a necessidade do HULW.
- 3.9.8. A CONTRATADA deve ainda:
- 3.9.8.1. Emitir de relatório em com a relação dos exames realizados, constando nome do paciente, idade, unidade de internação na HULW, nome do exame, data da entrega do laudo.
- 3.9.8.2. Para composição da proposta deverão ser observados, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, despesas com o recolhimento e transporte do material, plataforma para cadastro de exames e para obtenção do resultado.
- 3.9.8.3. O pagamento será realizado de acordo com o quantitativo de exames realizados mensalmente pela CONTRATADA, mediante apresentação do relatório com relação de exames realizados. Este relatório deve sempre ser apresentado com a relação dos exames entregues do PRIMEIRO DIA do mês até o ÚLTIMO dia do mês. Posteriormente, após aprovação do relatório pela equipe de fiscalização e mediante solicitação do gestor do contrato, emitir nota fiscal.

4. ESTIMATIVA DE DEMANDA

- 4.1. Considerando o RCC 3.0 Ebserh/HU Brasil art. 26, inciso IV:
- 4.2. "Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a independência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala".
- 4.3. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi baseada no histórico de consumos dos contratos vigentes (conforme processo SEI 23539.019365 /2019-53). Encontra-se nos autos do processo SEI 23539.039257/2025-45, dados para a memória de cálculo, e consta no item 1.4 deste Termo de Referência.

4.4. O local de prestação dos serviços é no **Hospital Universitário Lauro Wanderley - CNPJ:15.126.437/0017-00 - End.: Tabelião Stanislau Eloy, s/n - Castelo Branco - CEP: 58050-585 - João Pessoa-PB - TEL: 83-3206 0614**

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da natureza dos serviços

5.2. Os serviços contratados caracterizam-se de natureza comum, sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

5.3. Os serviços objeto desta contratação são de natureza continuada, indispensáveis ao Hospital, pois atendem a necessidades permanentes, tais como qualidade na assistência à saúde e segurança de seus profissionais e pacientes. Além do que, são imprescindíveis para a continuidade dos atendimentos no ambiente do HULW.

5.4. O ato de apresentação de proposta, pelos LICITANTES, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.

5.5. A existência de qualquer dúvida ou questionamento deverá ser comunicada à Unidade de Compras e Licitação, através do e-mail: ucl.hulw ufpb@ebserh.gov.br, em até 2 (dois) dias corridos antes da data da sessão pública da licitação de contratação do objeto deste documento.

5.6. Local de execução do serviço:

5.7. A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços (análise das amostras biológicas) nas suas próprias dependências ou em laboratório de referência certificado atendendo todas as exigências Resolução da Diretoria Colegiada RDC Anvisa nº 978/2025 4.2.2.1 Será admitida a subcontratação parcial para a realização dos exames.

5.8. A empresa CONTRATADA permanecerá responsável, de forma integral, perante a Administração, pela execução dos serviços, rastreabilidade das amostras, biossegurança de todo o processo, pela qualidade dos exames, fidedignidade dos resultados e pelo cumprimento dos prazos, ainda que haja subcontratação

5.9. A contratada deverá realizar o recolhimento das amostras no Laboratório de Análises Clínicas do HULW.

5.10. Outros requisitos da contratação:

5.11. adotar soluções alternativas às contingências alheias às partes, tais como: problemas com central de laudo e nas localidades de realização de exames, transporte, falta d'água, quebra de equipamentos, pessoal técnico. Com garantia de fornecimento de insumos para coleta e acondicionamento de amostras, para assegurar prestação do serviço de forma adequada.

5.12. Laudos de exames laboratoriais digitalizados com assinatura eletrônica dos profissionais habilitados. A assinatura constante nos laudos de exames deve seguir a legislação atual.

5.13. Condições técnicas para cadastro de pacientes pela empresa CONTRATANTE, assim como acesso aos laudos dos exames por meio eletrônico.

5.14. Recursos humanos especializados: pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador. 4.3.5 Dispor de equipamentos e ferramentas de tecnologias que garantam o acesso dos médicos do HULW aos laudos. Como também disponibilizar meios de comunicação, inclusive contato de telefone fixo e móvel, garantindo um pronto atendimento e esclarecimentos de dúvidas.

5.15. A CONTRATADA deverá possuir pessoal técnico especializado, devidamente capacitado e treinado, além de equipamentos apropriados que se façam necessários e estrutura capaz de prover a entrega do objeto. Desta forma, os recursos humanos devem ser qualificados, seja técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.

5.16. Para a execução completa da solução a contratada deverá produzir os seguintes resultados e atender as seguintes cláusulas contratuais:

5.17. Deter instalações, aparelhamento e técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da Contratação.

5.18. Dispor de técnicos especializados e qualificados para a execução dos serviços, com observâncias das normas sanitárias.

5.19. Executar os serviços por meio do uso de técnicas modernas e que não provoquem danos aos materiais.

5.20. Ter condições técnicas (espaço físico e equipamentos) para executar os serviços e saída dos materiais a empresa deve seguir normas disposta neste documento.

5.21. Adotar alternativas de solução às contingências alheias ao Contratado e Contratante, tais como: problemas com equipamentos, transporte, falta de energia elétrica, pessoal técnico, insumos, problemas com transporte para assegurar prestação do serviço de forma adequada.

5.22. Os laudos disponibilizados por prazo de 5 (cinco) anos para a CONTRATANTE, observando as determinações legais da Resolução da Diretoria Colegiada RDC Anvisa nº 978/2025. 4.3.9 A quantidade de exame será definida pela CONTRATANTE, conforme sua necessidade. Portanto, não haverá imposição de contratação mínima (por quantidade ou valor). A Contratante poderá empenhar e/ou contratar livremente qualquer quantidade ou valor, tendo a CONTRATADA obrigação de atender todas as exigências da mesma forma.

5.23. A empresa contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

5.24. A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos aspectos definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024. "O Decreto nº 7.746/2012, que estabelece a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal, destaca, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (art. 4º, I, III e V). No que concerne às contratações, assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis significa que deverão ser substituídos os padrões atualmente vigentes (produtor/poluidor e consumidor/consumista), altamente prejudiciais ao meio ambiente, por padrões mais razoáveis e adequados, que sejam eficientes no uso de recursos naturais, de infraestrutura e de acesso a serviços básicos. O foco deixa de ser no consumo e altera-se para a cidadania e a preservação com o meio ambiente."

5.25. A contratação observará os Artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666 /93, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017, dispõe ainda que: "Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (...) Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório. § 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório. 5 de 24 2º Caso o bem ou serviço seja considerado inadequado em relação às exigências do instrumento convocatório, o contratante deverá apresentar razões técnicas, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor."

5.26. A Contratação seguirá o disposto na Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. "Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes: § 1º As licitações e os contratos disciplinados por esta Lei devem respeitar, especialmente, as normas relativas à: I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de

licenciamento ambiental; III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística; V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista; VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

5.27. No que tange às práticas de sustentabilidade, o inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 estabelece que nas aquisições e contratações governamentais deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

5.28. Ainda caberá a CONTRATADA:

5.29. A contratada deverá seguir todas as normas de segurança ambiental e demais normativas vigentes, mesmo que não citadas neste documento.

5.30. Respeitar as Normas Brasileiras -NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.31. A contratação requer que a Contratada exerça práticas de sustentabilidade, a qual observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

5.32. Se tratando de serviço que lida com material biológico, a contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.33. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais os materiais biológicos; 4.4.5.6 Observância das boas práticas em processamento de produtos para a saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 - Anvisa);

5.34. A contratada deve oferecer disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

5.35. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

5.36. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

5.37. A contratada deve possuir licença ambiental, conforme normas vigentes, a qual poderá ser solicitada pela CONTRATANTE, a qualquer tempo.

5.38. As contratações devem atender ainda as normas relativas à:

5.39. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto; Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

5.40. A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços. Inclusive atender a Norma Regulamentadora nº 06 e 32 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dentre outros pontos, fornecer equipamentos de proteção para segurança para os empregados que se fizerem necessários para a execução de serviços. " [...] considera-se EPI o dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho [...] (NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, do M.T.E)

5.41. Do prazo para execução dos serviços:

5.42. O prazo inicial para execução dos serviços e de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, que poderão ter a sua duração prorrogada, até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do art. 71, da Lei 13.303 /2016, conforme a Instrução Normativa nº 05/2017 e nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos do HU Brasil, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

6. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Da gestão e execução dos serviços:

6.1.1. A CONTRATADA somente iniciará os serviços mediante prévia comunicação, acompanhamento e autorização expressa do Fiscal do contrato.

6.1.2. A empresa contratada deverá realizar todo processo de transporte das amostras e processo de análise respeitando as normas sanitárias e de controle de qualidade vigentes.

6.1.3. A prestação dos serviços em tela se iniciará em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura contrato, salvo por motivo superveniente, justificado e aceito pela administração do HULW.

6.1.4. Não haverá imposição de contratação mínima (por quantidade ou valor). A Contratante poderá empenhar e/ou contratar livremente qualquer quantidade ou valor, tendo a CONTRATADA obrigação de atender todas as exigências da mesma forma.

6.1.5. As condições para RECOLHIMENTO das amostras biológicas e ENTREGA DOS LAUDOS dos exames estão dispostas em sessão específica.

6.1.6. A coleta e acondicionamento do material ficará a cargo dos servidores qualificados do HULW-UFPB a partir das instruções fornecidas em manual disponibilizada pela contratada, cabendo ainda a esta a retirada da amostra na Unidade de Laboratório de Análises Clínicas e Anatomia Patológica (UACAP/HULW) e do transporte das amostras até o local de realização da análise. O recolhimento das amostras que será de responsabilidade da empresa CONTRATADA ocorrerá em dias úteis, conforme solicitado pela UACAP.

6.1.6.1. A empresa vencedora deverá disponibilizar manual com os procedimentos que devem ser adotados para coleta e para o correto envio das amostras. O manual poderá ser enviado através de meio eletrônico para empresa CONTRATANTE.

6.1.7. As amostras biológicas serão recolhidas pela empresa CONTRATADA. No serviço prestado devem estar incluídos a recolhimento das amostras biológicas no HULW, material para o acondicionamento e transporte das amostras, assim como material para identificação, além de: tubos, etiquetas, etiquetadoras de códigos de barras, ribbon e demais insumos necessários para coleta e armazenamento. Além de disponibilidade de sistema de informação, como site, portal da empresa, para cadastro dos pacientes/exames e para disponibilização dos resultados.

6.1.8. São de responsabilidade da CONTRATADA as condições de armazenamento, conservação e transporte dos materiais (amostras) entregues pela CONTRATANTE de acordo com especificações técnicas determinadas pela ANVISA.

6.1.8.1. A CONTRATANTE não é responsável pelas condições em que as amostras chegarão ao destino final, onde serão analisadas.

6.1.9. A contratada deve adotar alternativas de solução às contingências alheias ao Contratado e Contratante, tais como: problemas com equipamentos, transporte, falta de energia elétrica, quebra de equipamentos, pessoal técnico, insumos, problemas com transporte para assegurar prestação do serviço de forma adequada.

6.1.10. Para a execução completa da solução a contratada deverá produzir os seguintes resultados e atender as seguintes cláusulas contratuais:

6.1.10.1. Deter instalações, aparelhamento e técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da Contratação.

- 6.1.10.2. Dispor de técnicos especializados e qualificados para a execução dos serviços, com observâncias das normas sanitárias.
- 6.1.10.3. Executar os serviços por meio do uso de técnicas modernas.
- 6.1.11. O transporte das amostras biológicas:
- 6.1.11.1. O transporte deve ser adequado e seguro, por conta, ônus e responsabilidade da contratada seguindo as exigências de normas vigentes.
- 6.1.11.2. A responsabilidade pelas despesas com a remoção e transporte das amostras será exclusiva da contratada.
- 6.1.12. Havendo divergência entre o serviço realizado e as exigências do contrato, o(s) servidor(es) designado(s) adotará(ão) as providências necessárias, juntamente com o representante credenciado pela CONTRATADA, às devidas correções.
- 6.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 207 e seguintes do RCC 3.0.
- 6.3. Os pagamentos serão realizados mensalmente em conformidade com os serviços efetivamente prestados.

7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo:
- 7.1.1. No prazo de até 5 dias do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.1.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.1.2.1. A contratante realizará avaliação contínua dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.
- 7.1.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os exames.
- 7.1.2.4. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.1.2.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.1.2.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.1.2.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 7.1.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 7.1.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.2. **Sanções Administrativas**
- 7.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh/HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 7.4. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 7.5. Multa de:
- 7.5.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 7.5.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 7.5.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 7.5.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 7.5.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; e
- 7.5.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh/HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 7.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Utilizar produtos químicos não registrado nos órgãos competentes	04
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Manter profissional capacitado na execução dos serviços	01
10	Manter equipamentos e insumos suficientes para realização dos serviços	02

7.8. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 7.8.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.8.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.8.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh/HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
- 7.8.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 7.8.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.8.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 7.8.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 7.8.8. não mantiver a proposta;
- 7.8.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.8.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

7.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh/HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

7.11. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

7.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013."

7.17. Critérios de medição e de pagamento

7.17.1. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá os valores a serem descontados ou não ao final de cada período.

7.17.2. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de acompanhamento e fiscalização, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descrito abaixo, em consonância com as diretrizes da IN/MPOG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos

serviços prestados pela Contratada.

7.17.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços prestados aos resultados efetivamente alcançados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento das metas do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

7.17.4. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.17.5. As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

7.17.6. procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes neste instrumento, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

7.17.7. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.17.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

7.17.9. A CONTRATADA será avaliada mensalmente, pelo seu desempenho na prestação do serviço, com base em Instrumento de Medição de Resultados (IMR) descrito abaixo:

INDICADOR 1: FALTA DE COMPARECIMENTO PARA TRANSPORTE DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS

Ocorrências	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar a ocorrência de falta de comparecimento para o transporte das amostras biológicas ao Laboratório de apoio.
Meta a cumprir	Retirada das amostras biológicas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, ou conforme demanda do Laboratório contratante.
Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Falta de comparecimento de transporte de amostras biológicas sem aviso prévio.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixa de ajuste no Pagamento	Sem ocorrências = 50 pontos, 1 ocorrência = 40 pontos, 2 ocorrências = 30 pontos, 3 ocorrências = 20 pontos, 4 ocorrências = 10 pontos, 5 ou mais ocorrências = 0 pontos.

INDICADOR 2: PERDA OU PROBLEMAS ACIDENTAIS COM AMOSTRAS BIOLÓGICAS

Ocorrências	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar a ocorrência de perda ou problemas acidentais com amostras biológicas e consequente aumento de solicitação de recoletas.
Meta a cumprir	Cuidado com o transporte e processamento das amostras
Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências de problemas acidentais com amostras e consequente solicitação de recoletas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências de solicitações de recoletas por problemas de perda ou problemas acidentais com amostras.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixa de ajuste no Pagamento	Sem ocorrências = 50 pontos, 1 ocorrência = 40 pontos, 2 ocorrências = 30 pontos, 3 ocorrências = 20 pontos, 4 ocorrências = 10 pontos, 5 ou mais ocorrências = 0 pontos.

INDICADOR 3: TEMPO DE LIBERAÇÃO DE LAUDOS

Ocorrências	
Item	Descrição
Finalidade	Disponibilizar no site ou através de e-mail (quando necessário) os laudos de exames dentro do período previsto para a liberação, considerando critérios técnicos de cada exame.
Meta a cumprir	Cuidado com o transporte e processamento das amostras
Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências de atrasos na liberação de laudos superior ao previsto nas instruções de cada exame Reincidências superiores a 5 ocorrências mensais por 3 meses consecutivos ensejarão a abertura de processo administrativo de sanção
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixa de ajuste no Pagamento	Sem ocorrências = 50 pontos, 1 ocorrência = 40 pontos, 2 ocorrências = 30 pontos, 3 ocorrências = 20 pontos, 4 ocorrências = 10 pontos, 5 ou mais ocorrências = 0 pontos.

INDICADOR 4: COMUNICAÇÃO DIRETA ENTRE OS LABORATÓRIOS

Ocorrências	
Item	Descrição

Finalidade	Verificar a qualidade da comunicação com o Laboratório de apoio.
Meta a cumprir	Fácil comunicação diante da necessidade de comunicação entre os laboratórios para tratar de assuntos como: problemas no cadastro de exames, questões de cunho técnico e científico, assuntos relacionados a resultados de exames, comunicação de coleta e de resultados críticos.
Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências de tentativa de comunicação sem sucesso com Laboratório de apoio; falta de comunicação de solicitações de coleta pelo laboratório de apoio; falta de comunicação de resultados críticos pelo Laboratório de apoio.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixa de ajuste no Pagamento	Sem ocorrências = 50 pontos, 1 ocorrência = 40 pontos, 2 ocorrências = 30 pontos, 3 ocorrências = 20 pontos, 4 ocorrências = 10 pontos, 5 ou mais ocorrências = 0 pontos.

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

Faixa de ajuste de pagamento	Pagamento devido	Fator de ajuste de serviço
De 180 a 200 pontos	100% do valor previsto	1
De 160 a 179 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 140 a 159 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 120 a 139 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 100 a 119 pontos	90% do valor previsto	0,9
Abaixo de 100 pontos	90% do valor previsto + advertência e/ou multa conforme o caso	0,9 + Avaliar necessidade de aplicação de advertência e/ou multa contratual conforme o caso.
Valor devido = [(valor mensal previsto) x (fator de ajuste de nível de serviço)]		
Pontuação total do serviço = Indicador 1 + Indicador 2 + Indicador 3 + Indicador 4		

7.17.10. O sistema de pontuação do IMR destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência correspondentes a um valor de desconto.

7.17.11. Serão pontuadas ocorrências não solucionadas.

7.17.12. As ocorrências deverão ser notificadas por escrito, por correio eletrônico (e-mail) assim que tomado conhecimento pela parte responsável do Hospital.

7.17.13. O desconto correspondente será sobre o valor do exame realizado.

7.17.14. IMR é documento define a metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA, descrevendo as pontuações a serem empregados pela CONTRATANTE na gestão de contratos de apoio administrativo. Os resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, em conformidade com as condições contratuais.

7.17.15. Note-se que o valor devido à CONTRATADA, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião do Instrumento de Medição de Resultados, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

7.17.16. A adoção desses critérios assegurará ao CONTRATANTE instrumentos para avaliação e controle efetivo da qualidade da prestação dos serviços, de forma a obter condições adequadas de entrega do objeto contratado.

7.17.17. Para fins de faturamento, as medições vinculadas ao Instrumento de Medições de Resultados (IMR) serão sempre referentes aos serviços prestados no mês anterior.

7.17.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no instrumento de medição de resultados, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no Contrato e no Termo de Referência.

7.17.19. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.17.20. Se, após o recebimento definitivo, a Contratada der ciência a alguma ocorrência passível de desconto no IMR, o mesmo poderá ser aplicado normalmente no mês subsequente.

7.17.21. Ficam estabelecidos como riscos da CONTRATADA: a flutuação de preços de insumos e falhas na logística de transporte. Riscos da CONTRATANTE: atrasos nos pagamentos ou mudanças súbitas nos protocolos clínicos

8. DO PAGAMENTO

8.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);

8.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 8.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;
- 8.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.4.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.15. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária."

9. SELEÇÃO DE FORNECEDORES

- 9.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de SERVIÇO COMUM, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado e possam ser objetivamente definidos pelo edital, e possui natureza continuada a ser contratado mediante licitação na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item e grupo, em sua forma eletrônica, conforme disposições da Lei no 13.303 de 30 de junho de 2016; da Lei Complementar no 147 de 07 de agosto de 2014; da Lei Complementar no 123 de 14 de dezembro de 2006; da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021, Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022; do Decreto no 8.538 de 06 de outubro de 2015; do Decreto no 7.746 de 05 de junho de 2012; da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017; da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 e suas alterações e do RCC 3.0.
- 9.2. No âmbito da Ebserh, a Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração, estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh. No presente caso, apesar de envolver atribuições inerentes aos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, a contratação se justifica pela inexistência de equipamento para uma grande parte dos exames, aliado a uma baixa demanda de solicitações, incompatível com a quantidade de reagentes dos kits, específicos para cada tipo de exame, conforme explicado no item 2.6 e 2.7 do ETP. Assim, entende-se que sejam atividades em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da razoabilidade. Vejamos:
- 9.2.1. Eficiência: "requer do responsável pela aplicação dos recursos públicos o exame da relação custo/benefício da sua atuação." A contratação se justifica porque no HULW é responsável pelo diagnóstico e tratamento de doenças complexas, conforme pactuação com gestor SUS. São exames imprescindíveis para um diagnóstico acurado e consequentemente tratamento eficaz. O que promoverá respostas mais rápidas às necessidades dos usuários internados e maior oportunidade de abreviar a internação.
- 9.3. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**
- 9.3.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o RCC 3.0.
- 9.3.2. Pelas especificidades da contratação, o critério de julgamento adotado é o de MENOR PREÇO por GRUPO e por ITEM.
- 9.3.3. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do grupo.
- 9.3.4. O modo de disputa será do tipo "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.3.5. Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs e/ou Contratos no sistema *Contratos.gov*, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.
- 9.3.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

9.4. Apresentação da Proposta

- 9.4.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as

seguintes informações:

- I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;
- II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;
- III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;
- V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- VI - Descrição detalhada do serviço conforme objeto da contratação;
- VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores mensal e anual;
- VIII - Nos preços cotados dos serviços deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.
- IX - Informa-se que o objeto da pretensa contratação trata da prestação de serviço **sem dedicação exclusiva de mão de obra**. Dessa forma, a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, no item 2.9 do Anexo V, dispensa a elaboração de planilha de custos e formação de preços. Ademais, considerando a natureza do objeto da contratação e a praxe do mercado, resta inviável e desnecessário o detalhamento da composição dos custos do serviço através de planilha para fins da elaboração da proposta de preços.

9.5. Qualificação Jurídica

- 9.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade;
- 9.5.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- 9.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.6. Qualificação econômico-financeira

- 9.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação
- 9.6.1.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:
 - 9.6.1.1.1. $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
 - 9.6.1.1.2. $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
 - 9.6.1.1.3. $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- 9.6.1.2. ncaso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10%] do valor da proposta apresentada para a contratação;
- 9.6.1.3. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.7. Qualificação técnica

- 9.7.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha experiência mínima de 01 ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.
- 9.7.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 9.7.3. Apresentação do Certificado de Acreditação e participação de no mínimo um (1) programa de garantia de qualidade (Controle de Qualidade Externo ou Exame de Proficiência) e que obtenha desempenho excelente nesse programa, conforme RDC 978/2025.
- 9.7.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo de um ano de início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 9.7.5. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):
 - 9.7.5.1. Nos termos do art. 74 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 978/2025, o serviço que executa Exame de Análises Clínicas (EAC) deve ser inscrito no CNES;
 - 9.7.5.2. O cadastro CNES serve para identificação e acompanhamento de todo o sistema de saúde brasileiro. A Portaria nº 1.6446/2015 do Ministério da Saúde, que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), estabelece em seu art. 4º que o cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações."
 - 9.7.6. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária:

9.7.6.1. De acordo com o art. 73 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 978/2025, o Serviço que executa Exame de Análises Clínicas (EAC) deve possuir alvará de licenciamento ou equivalente, expedido pelo órgão sanitário competente, indicando as atividades relacionadas ao EAC;

9.7.6.2. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal /Estadual ou Distrital da sede.

9.7.6.3. Caso a Licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

9.7.6.4. Comprovação de que licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, Responsável Técnico legalmente habilitado e com registro em um dos Conselhos (CRF, CFF, CFM, CRM, CRBM e CFBM) nos termos do art. 75 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 978/2025;

9.7.7. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

9.7.7.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

9.7.7.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

9.7.7.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

9.7.7.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

9.7.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.8. Outras Exigências de habilitação

9.8.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

9.8.2. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

10. VISTORIA

10.1. Não será necessária realização de vistoria prévia, tendo em vista a realização externa dos exames contratados.

11. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

11.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da Ebserh/HU Brasil, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

11.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

11.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº23539.039257/2025-45, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A disponibilidade orçamentária foi prevista pela UPGO/SOF Setor de Orçamento de Finanças e encontra-se anexada ao corrente processo na Declaração - SEI UPGO/SGOF/DAF/GAD/HULW-UFPB (57964171).

- **Descrição do objeto do gasto: Contratação de Empresa Especializada na Realização de Exames Laboratoriais especializados**
- **Funcional Programática:** 10.302.501.8585.00025;
- **PTRES:** 234193;
- **Gestão/Unidade:** 26443/155023;
- **Fonte:** 1001A004QX;
- **Natureza da Despesa:** 339039;
- **Plano Interno:** EJM60000000

13. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

13.1. Será admitida a subcontratação parcial de 30% para a realização dos exames.

13.2. A empresa CONTRATADA permanecerá responsável, de forma integral, perante a Administração, pela execução dos serviços, rastreabilidade das amostras, biossegurança de todo o processo, pela qualidade dos exames, fidedignidade dos resultados e pelo cumprimento dos prazos, ainda que haja subcontratação.

13.3. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.

13.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Ebserh/HU Brasilh à continuidade da contratação.

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

15. CONTRATO E VIGÊNCIA

15.1. A contratação será formalizada pela Ebserh/HU Brasil por intermédio de instrumento contratual.

15.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, com base nos arts. 188 do RCC 3.0.

16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- ANEXO I – Modelo da Proposta.
- ANEXO II - Termo de Ocorrência.

(Assinado eletronicamente)
Rubens Batista Benedito
Chefe da Unidade de Análises Clínicas e Anatomia Patológica/HULW
Matrícula SIAPE nº ***2946
Lotação: UACAP/HULW
Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)
João Carlos Lima Rodrigues Pita
Farmacêutico Bioquímico
Mat. SIAPE nº ***6293
Lotação: UACAP/HULW
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Pablo Henrique Rodrigues de Souza
Cargo/Função: Assistente Administrativo
Mat. SIAPE nº 222
Lotação: Unidade de compras e Licitação
Integrante Demandante da EPC

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria - SEI nº 421, de 29 de abril de 2025, Boletim nº 776 de 06 de maio de 2025 (49215979).

- 16.2. De acordo.
- 16.3. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

(Assinado eletronicamente)
Rubens Batista Benedito
Chefe da Unidade de Análises Clínicas e Anatomia Patológica/HULW
Matrícula SIAPE nº ***2946

- 16.4. De acordo.
- 16.5. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 16.6. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 16.7. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)
André Luis Coelho Fernandes - Matrícula SIAPE: 338***
Gerente Administrativo do HULW-UFPA/Ebserh/HU Brasil
Portaria - SEI nº 511, de 19 de dezembro de 2023

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA

À Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil) – Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW / UFPA), Unidade Gestora (UG) 155023.

Dados da Empresa	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
CEP:	
Correio Eletrônico:	
Telefone:	
Dados Bancários:	

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.

Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.

O serviço cotado nesta proposta dispõe das seguintes características:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtde. mensal	Qtde. anual	Valor mensal	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EXAMES LABORATORIAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, NÃO REALIZADOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY	SERVIÇO (MÊS)	1	12	R\$	R\$

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

•

INSTRUÇÕES:

- a) A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- b) Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

REGISTRO DE OCORRÊNCIA Nº /HULW/UFPB - FILIAL EBSE RH/HU BRASIL

CONTRATO Nº:	DATA:
OBJETO DO CONTRATO:	
EMPRESA CONTRATADA:	

Pontos irregulares e Providencias requerida (relacionar neste campo os itens que foram descumpridos pela empresa e as providências necessárias para regularização):
Ocorrência:
Prazo para cumprimento das exigências:

<p align="center">Ciência:</p> <p>Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto, ensejará a aplicação das sanções previstas nas cláusulas contratuais e legislações aplicadas. Estou ciente ainda do prazo que terei para cumprir com as exigências aqui registradas.</p>	
Recebi a primeira via em ____/____/____ às ____/____ (Hora)	<i>obs: Poderá ser considerada a confirmação do recebimento via e-mail.</i>
Nome do Responsável pela empresa:	Assinatura:
Fiscal/Gestor do contrato (Carimbo e assinatura ou assinatura eletrônica)	

SEI 23539.017511/2025-54 / pg. 16



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Batista Benedito, Chefe de Unidade**, em 29/04/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Henrique Rodrigues de Souza, Assistente Administrativo**, em 29/04/2026, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Coelho Fernandes, Gerente**, em 30/04/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos Lima Rodrigues Pita, Farmacêutico(a)**, em 30/04/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59902763** e o código CRC **42052368**.

Referência: Processo nº 23539.017511/2025-54 SEI nº 59902763